

Os olhos e o sol

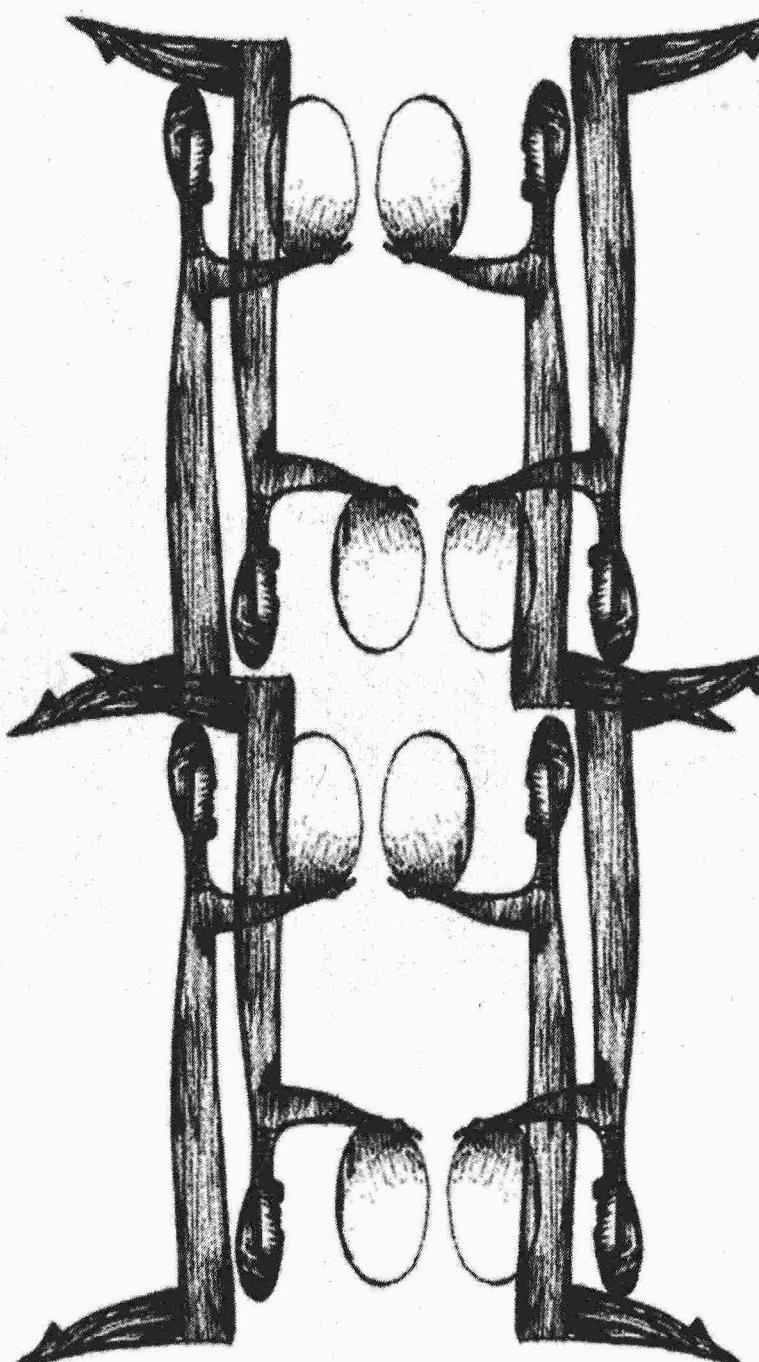
Mauro Santayana

A vida é um pacto precário dos homens, entre eles, e da espécie humana com o tempo e o meio. Esse pacto se funda no respeito entre as partes, e se estende para além do tempo da vida de cada geração. Devemos respeitar os ancestrais, de cuja carne e de cuja experiência viemos, e, dever maior ainda, respeitar os descendentes, que dependerão de nossa conduta no mundo.

As cartas de Thomas Jefferson são o melhor de sua obra. Os documentos políticos, como a Declaração da Independência, que ele redigiu, sujeitam os autores às circunstâncias do momento e à aprovação dos correligionários. As cartas são mais livres e, ao favorecer a liberdade, favorecem a beleza literária e a profundidade do pensamento.

Ao escrever a John Eppes, em 24 de junho de 1813, sobre o problema das finanças públicas e o sistema bancário, Jefferson discute os limites do endividamento dos estados, mediante a emissão de títulos públicos. Quais devem ser esses limites? pergunta. O que os deve impedir de criar um débito perpétuo? "The laws of nature", responde. E completa o raciocínio com duas frases fortes em lógica e de rara concisão literária: "The earth belongs to the living, not to the dead. The will and the power of man expire with its life, by nature's law". Quando uma geração deixa de existir, os seus direitos de usufruto da terra passam à outra, continua o argumento de Jefferson. Nós podemos considerar cada geração como uma nação diferente, com o direito, pela vontade da maioria, de assumir, ela mesma, um compromisso (to bind themselves no original), mas não de comprometer a geração sucessiva, da mesma forma que não temos o direito de comprometer os habitantes de um outro país.

Em pouco mais de três anos, o governo atual desrespeitou tudo. Desrespeitou os antepassados, que construíram este país com ou-sadia pioneira na História (as bandeiras foram a maior aventura do homem em território desconhecido), na qual combinaram a bravura e a habilidade diplomática, e desrespeitou os contemporâneos, que lhe outorgaram a confiança eleitoral, descumprindo todos os compromissos de campanha — menos os que foram assumidos a portas fechadas. Ao alienar o que começou a ser construído com a cruz plantada em Porto Seguro, o governo desrespeita a luta continuada pela aquisição e consolidação da soberania nacional. E ao multiplicar a dívida pública e transferir, para o usufruto de outras nações, mediante os juros e o favorecimento a empresas estrangeiras, recursos líquidos, obtidos com o suor de trabalhadores mal remunerados, subnutridos e de saúde frágil, o governo desrespeita as gerações futuras. Quando o governo é cúmplice dos programas



Fred Lobo

de planejamento familiar que visam a reduzir drasticamente o número de brasileiros no futuro, em nome da segurança dos Estados Unidos, ele não só compromete as gerações a vir com o empenho da dívida, como aumenta o sacrifício de cada um dos compatriotas que, sobrando do piedoso genocídio sobreviverem para pagar. A contenção da natalidade no Brasil faz parte da política de segurança nacional dos Estados Unidos, conforme memorandum (NS-200) assinado por Kissinger e Bush, e já divulgado.

A dependência será inimaginável, se o governo continuar a negociar, secretamente, como vem fazendo, a sua adesão ao Acordo Multilateral de Investimentos. A cidadania desconhece o compromisso que, por iniciativa do ministro Pedro Malan, o incentivo do presidente da República e a adesão constrangida do Itamaraty, o governo está negociação com os Estados Unidos. O acordo, ministrado em Washington, e já batizado, nos meios diplomáticos, como a "Constituição da Economia Mundial Integrada", se resume na abolição das constituições e das leis nacionais. Por isso foi rejeitado pelos países europeus, começando

pela França. Diante da recusa, o Departamento de Estado e o FMI (a visita recente se insere no esforço) voltaram-se para países de resistência menor, os da América Latina, e contam com o Brasil para ser o boi de piranha.

O acordo determina a absoluta liberdade dos investidores, e a transformação dos estados nacionais em seus serviços compulsórios. Nenhuma lei do país que receber investimentos poderá restringir a livre atuação da empresa estrangeira. Os seus direitos serão maiores do que os das empresas locais. Ela estará imune à regulamentação dos salários e à exigência de cotas de emprego para os trabalhadores nacionais. Em suma, se quiserem, os empresários poderão trazer trabalhadores de outros países e demitir os nacionais. Mais ainda: teoricamente, contra eles não valerá nem mesmo o Código Penal. A empresa que investir, por hipótese, em turismo, poderá explorar a prostituição infantil impunemente, uma vez que nada pode obstar a "liberdade de mercado". O Brasil, ao assinar o acordo, assume o compromisso de indenizar os investidores por "oportunidades de lucros perdidas". Se um investidor preferir o

Brasil em lugar da Indonésia e, amanhã, considerar que essa opção não lhe foi favorável, poderá reclamar compensação. O famoso risco empresarial do capitalismo deixa de existir. O risco será do contribuinte brasileiro. E quem arbitrará, no caso de conflito? Tribunais estrangeiros: o investidor terá o direito de escolher o fórum que lhe convenha, de acordo com as leis que ali vigorem. As empresas deixam os seus limites históricos, para se tornarem, por esse acordo, nações mais favorecidas.

O tratado está sendo negociado em segredo, a fim de impedir que os humanistas — os intelectuais honrados, os sindicalistas, as organizações não-governamentais, as igrejas — possam oponer-lhe a necessária resistência.

É essa a questão fundamental do processo de destruição da soberania do povo brasileiro sobre a sua história, o seu presente e o seu futuro. Estão em jogo a integridade de seu território, os seus bens de hoje e os bens que possa vir a adquirir com o trabalho de nossos descendentes. Tudo que faz o governo faz nesse sentido, o da entrega do país. E, para que obtenham tempo para concluir essa tarefa, o presidente da República, na luta pelo continuísmo, esquece os pruridos éticos e se associa a homens como Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima e outros da mesma tempera moral. Ele os usa hoje, como deles se desvincilará, quando lhe for conveniente, como começa a ocorrer com alguns de seus aliados do PMDB.

O ex-presidente Itamar Franco, na conversa que manteve com os líderes dos partidos de oposição, mostrou que os episódios de 8 de março são prenunciadores do fascismo. Os mercenários, vindos de Goiás e recrutados entre rapazes de Brasília, freqüentadores de academias de caratê, e êmulos de impunes queimadores de índios, são o germe de nova Sturmabteilung, a tropa de choque do Partido Nacional Socialista da Alemanha. Também essas Kampftruppe de Hitler eram recrutadas entre policiais, nas academias de ginástica e nos clubes de tiro, e assalariadas por empresários.

O governo acha que pode continuar nessa rota, usando o desemprego como âncora de sua política econômica (conforme a análise de Delfim Netto) e comprometendo a dignidade nacional em tratados como o AMI. As lágrimas começam a lavar os olhos dos homens e mulheres da classe média, que o desemprego transformou nos novos pobres de hoje — e a realidade se mostra desnuda, ao sol do meio-dia. As cores da bandeira esmaecem, a miséria e a morte patrulham as cidades e o presidente sorri: não conhece lágrimas que lhe lavem os olhos, a fim de que possam perceber as sombras da vida real.